

Fl. nº _____

PROCESSO
3358/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PARA PRONTA CONTRATAÇÃO

Nº 062/2021 – Tipo presencial

DATA DA ABERTURA: 13 DE AGOSTO DE 2021

HORÁRIO: 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA

**APÓS O HORÁRIO ESTIPULADO ACIMA, NÃO SERÁ PERMITIDO
ENTRADA DE NOVOS PARTICIPANTES, EXCETO OUVINTES**

OBS.: Sr. Licitante, solicitamos a gentileza de na véspera do certame, entrar no site da Prefeitura municipal: www.sjvriopreto.rj.gov.br, no menu “licitação”, mesmo local aonde foi retirado o referido edital, para que seja observado se não houve nenhuma alteração, cancelamento ou suspensão do presente certame.

Flaviana Medeiros Lameira Ribeiro
PREGOEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

Fl.: _____

PROCESSO
3358/2021

SUMÁRIO

I - DO OBJETO:	3
II- CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:	3
III- DO CREDENCIAMENTO (FORA DOS ENVELOPES):.....	4
IV- APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO:	5
V- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:.....	8
VI - DOS RECURSOS:.....	9
VII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:	9
VIII - DO PREÇO:.....	9
IX - DO FORNECIMENTO e RECEBIMENTO DO OBJETO	10
X - DA CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:.....	10
XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:	10
XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12
XIV - FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES:.....	12
ANEXO II - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AO EDITAL.....	13
ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA	14
ANEXO V - PLANO DE TRABALHO	18
ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO	19
ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE	27
ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS ITENS SOLICITADOS.....	28
ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO DA EMPRESA OU BASE OPERACIONAL	29



LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala de reuniões da Secretaria Municipal de Administração, sito a Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro, Sala de Licitações, 1º andar, no prédio da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto –RJ, localizada ao lado do Hospital Maternidade Santa Teresinha e da Secretaria Municipal de Saúde.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, através de seu Pregoeiro, nomeado através da Portaria G.P. nº 39 de 11 de janeiro de 2022 de conformidade com os processos administrativos nº 3358/2021, comunica aos interessados que irá realizar **PREGÃO do tipo menor preço unitário, por hora trabalhada, para pronta contratação**, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 1239 de 23 de abril de 2003, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as devidas alterações e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

I - DO OBJETO:

Constitui objeto deste **PREGÃO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, MOLDES DO ANEXO I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX DO REFERIDO EDITAL.**

- 1.1. Fazem parte o Anexo I (RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO** - preço máximo: não poderá ser ultrapassado. O Anexo I indica um limite máximo a ser observado pelos licitantes na formulação de suas propostas, de forma que aquelas ofertas com valor superior deverão ser desclassificadas).

II- CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

- 2.1.** As empresas que desejarem participar deste Pregão deverão no dia, hora e local estabelecidos neste edital, proceder ao credenciamento, entregando ao Pregoeiro os envelopes separados, respectivamente, a **“PROPOSTA”** e **“DOCUMENTAÇÃO”** contendo na parte externa o número do Edital, nome da empresa, local, data e hora da realização do certame. Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.
- 2.2.** A participação neste Pregão importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

2.3. Somente poderão participar deste pregão as empresas que:

- 2.3.1.** Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;
- 2.3.2.** Comproven possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital.

2.4. Não poderão concorrer neste pregão as empresas:

- 2.4.1.** Suspensas temporariamente nos termos da legislação vigente;
- 2.4.2.** Já incurso na pena do inciso IV, do art. 87 da Lei nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 2.4.3.** Em consórcio ou grupo de empresas;
- 2.4.4.** Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 2.4.5.** Empresa e/ou empresário, no que couber, que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
- 2.4.6.** Sociedade estrangeira que não funcione no país;
- 2.4.7.** Empresa e/ou empresário com o direito de contratar com a Administração Pública suspenso ou por estar declarada inidônea;
- 2.4.8.** Empresa e/ou empresário que esteja cumprindo penalidade que impeça de participar de licitação junto à Administração Pública;



- 2.4.9. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua constituição;
- 2.4.10. Que possua participação direta ou indireta de sócio, dirigente, diretor ou responsável ou seu proprietário tenha vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto;
- 2.4.11. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.5 - A participação neste Pregão importa à proponente na total, irrestrita e irretratável aceitação das condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

ATENÇÃO LICITANTE

III- DO CREDENCIAMENTO (FORA DOS ENVELOPES):

3.1. O **credenciamento é a condição obrigatória para a participação dos representantes das licitantes neste Pregão**. Deve ser entregue ao Pregoeiro fora de qualquer envelope, antes o início da sessão.

3.1.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos que serão anexados ao processo licitatório:

- A. Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária; Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no órgão correspondente; Cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do conselho de administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, evidenciando o devido registro na junta comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações, no caso de sociedades anônimas; Documentos que indiquem os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no contrato social em vigor, no caso das demais sociedades; Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.
- B. Tratando-se de procurador, além do documento acima (letra A) munido do original de sua carteira de identidade, ou de outra equivalência, juntamente deverá apresentar o **instrumento de procuração público** ou **instrumento particular do representante legal que o assina**, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados, que comprove os poderes do mandante para a outorga (Esta deverá ser apresentada com firma reconhecida em cartório competente).
- C. No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>.
- D. Declaração de pleno atendimento (modelo no anexo II do edital);
- E. Como condição para participação do pregão, a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual **deverá apresentar**, fora dos envelopes, **declaração** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, (ANEXO VII do edital).

3.2 – O credenciado só poderá representar uma empresa.

3.3 – O representante terá que ter poderes de assinar a ata a ser lavrada após a sessão, e que entrará em vigor imediatamente após a homologação do certame.

3.4 - As Empresas que não fizerem o credenciamento, nas condições e forma previstas no item 3.1.1, acima, não terão participação ativa durante o presente certame, impedidas, portanto, de assinar e rubricar todos e quaisquer documentos e atas, solicitar vistas, esclarecimentos e informações, requerer impugnações e/ou reconsiderações, interpor recurso e dar lances, porem poderão participar como observadores, tendo sua proposta válida, caso não seja coberta os valores por ele apresentados.



IV- APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO:

4.1- No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 2 (dois) envelopes, sendo:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1.1. Os envelopes deverão estar subscritos com a titulação de seu conteúdo, nome e endereço da empresa e número do **PREGÃO**;
- 4.1.2. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- 4.1.3. Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope, salvo por fato superveniente aceito pelo pregoeiro, devidamente registrado em ata.
- 4.1.4. A ausência dos dizeres na parte externa do envelope **NÃO** constituirá motivo para desclassificação/inabilitação do licitante que poderá regularizá-lo no ato da entrega.

4.2 - O envelope nº 01 conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada nos moldes do anexo III (disponível no site: AC_LICITACAO_PR_62_2021. **OBS: Ler MANUAL BETHA AUTO COTAÇÃO**), conforme regra abaixo:

- A) Preço unitário, já inclusas todas as despesas com manutenção corretiva e preventiva, mão-de-obra, fornecimento, instalação, coleta de dados, treinamento, tributos e encargos sociais de quaisquer espécies e demais despesas necessárias à completa execução do contrato;
- B) Deverá o licitante preencher a proposta através do arquivo deste edital disponível no site, lida e elaborada exclusivamente através do aplicativo betha auto cotação, que após devidamente preenchida e gravada será salva **em pen drive**. Caso a proposta tenha sido elaborada em planilha diferente deste item ou arquivo (mídia) com dados diferentes, o licitante **será considerado desclassificado**.
ATENÇÃO! Importante esclarecer que tanto a proposta impressa quanto a proposta salva em pen drive ou outra mídia digital, deverão constar as mesmas informações.
- C) Não sendo possível acessar os dados da proposta do licitante a partir do pen drive de que trata o item “B”, deste de que a planilha esteja impressa conforme o sistema Betha disponibiliza, poderá o pregoeiro solicitar ao licitante que entre em contato com a empresa e essa envie no prazo de 30 (trinta) minutos a referida proposta via e-mail. Caso mesmo assim não seja possível acessar os dados da proposta da empresa, **o pregoeiro poderá suspender o certame para lançamento manual pelo período de horas ou dias que se fizer necessário, retornando o certame tão somente quando todas as propostas estiverem lançadas no sistema para início da fase de lances. Caso ocorro o fato em questão o pregoeiro lavrará uma ata e marcará uma data para retorno dos licitantes**;
- D) Depois de preenchido a planilha e gravado em formato eletrônico, deverá o licitante imprimir uma cópia, assinar e colocar no envelope juntamente com o pen drive.
- E) **IMPORTANTÍSSIMO: O licitante não poderá alterar a ordem dos itens, bem como as especificações, quantitativos, muito menos excluir ou incluir linhas ou itens da planilha em formato eletrônico.**

4.2.1 – Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.

4.2.2 - A apresentação de uma proposta na licitação será considerada como evidência de que a proponente:

- 4.2.2.1 - Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital, que os comparou entre si e obteve do Município informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;
- 4.2.2.2 - Assumirá integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto licitado, caso seja vencedora da licitação;
- 4.2.2.3 - **Considerou que os elementos desta licitação lhe permitem a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.**
- 4.2.2.4 - No caso excepcional, a critério da pregoeira, de a sessão do pregão ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, tais como ultrapassar o horário de expediente desta prefeitura (17h), realizar diligências (Art. 43, VI, §



3o) poderá, a sessão ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases. Os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

4.3- O envelope nº 02 deverá conter a documentação, em conformidade com o previsto a seguir:

4.3.1 - DA REGULARIDADE FISCAL

A - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

B – Prova de Regularidade, através da apresentação de Certidão que prova regularidade com a Receita Federal, INSS e Dívida Ativa da União (CND), art. 29, inciso IV da Lei nº 8.666/93;

C – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF, art. 29, inciso IV da lei nº 8.666/93;

D – Prova de regularidade, através da apresentação de Certidão que prova regularidade para com a fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, com prazo de validade não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não estiver consignado na mesma o prazo de validade (art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93);

E - A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de prova de regularidade, através da apresentação de **Certidão da dívida ativa do Estado**, de conformidade com a resolução **PGE/SER** nº 033/04, publicada no D.O.E, em 25 de novembro de 2004. **(No caso de firma do Estado do Rio de Janeiro).**

4.3.2 - DA REGULARIDADE TRABALHISTA

A – CNDT – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei 12.440 de 2011);

4.3.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A – A sociedade empresária deverá apresentar Certidão ou Registro de inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou na entidade profissional competente, (art. 30, I da Lei nº 8.666/93);

B - Comprovação de experiência anterior em manutenção corretiva e/ou preventiva de iluminação pública urbana, comprovados através de certidões emitidas junto ao órgão técnico competente ou atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado **(no mínimo uma comprovação OU um atestado).**

4.3.4 - DA DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

A – Certidão negativa de infrações trabalhistas à legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

4.3.5 - DA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

A - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.



B - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

C - A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

4.3.6 – DA HABILITAÇÃO JURIDICA

A – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física (art. 31, inciso II da Lei nº 8.666/93). A certidão acima referida deverá ser apresentada juntamente com a certidão do cartório distribuidor indicando os cartórios competentes.

4.3.7 - OUTROS DOCUMENTOS

A – Documento informando: telefone e endereço de E-MAIL, bem como NOME DO RESPONSÁVEL pela assinatura do CONTRATO.

B – DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS ITENS SOLICITADOS (Anexo VIII)

C – Declaração afirmando de que a empresa está localizada dentro dos limites do município, ou caso a empresa vencedora possuir sede fora do Município, se comprometer a instalar uma base nos limites do mesmo, após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias. (**Anexo IX**, conforme exigência Termo de Referência no seu subitem 7.1.3);

4.3.8 - As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

4.4- Os documentos necessários a habilitação e ao credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial (artigo 32 da Lei 8.666/93.)

4.4.1- Em se tratando de instrumento de procuração, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida em cartório competente;

4.5- Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

4.6 - Na hipótese da apresentação do Certificado de Registro Cadastral não serão aceitos os documentos com prazo de validade vencido, sendo obrigatória a apresentação da cópia reprográfica do documento dentro do prazo de validade, devidamente autenticado em cartório, ou mediante a apresentação dos originais juntamente com as cópias que serão autenticadas, por um dos funcionários da Diretoria de Administração.

4.7 – Não serão admitidos atrasos, inclusive por motivo de autenticação de documentos.

OBS.: A empresa vencedora deverá apresentar no ato da contratação as seguintes documentações:



A – A Empresa deverá apresentar Comprovação de sua capacitação técnico-profissional através de documentação hábil que possui em seu quadro permanente, profissional de nível superior (engenheiro eletricista), devidamente registrado e inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou na entidade profissional competente;

- O responsável técnico indicado pela empresa poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, **devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da contratação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado, contrato social ou pelo registro no CREA como responsável técnico da sociedade empresária junto aquele conselho.**

B - A Empresa deverá apresentar comprovação de profissional eletricista com certificação NR-10 para operação de rede de distribuição elétrica, no ato de confecção do Contrato.

V- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

5.1- A presente licitação é do tipo **menor preço unitário por hora trabalhada, para pronta contratação**, sendo que o julgamento das propostas será realizado de conformidade com as quantidades, especificações, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, levando-se em conta que será considerado vencedor o proponente que oferecer o menor preço unitário.

5.2- Serão abertos os envelopes contendo as Propostas, sendo feita sua conferência e posterior rubrica, pelos servidores designados;

5.3- Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e os por extenso, serão considerados os últimos;

5.4- No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor (Inciso VIII, Art. 4º da lei 10.520);

5.5- Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos de valores distintos e decrescentes sempre sobre o menor valor (lance), a partir do autor da proposta classificada de maior valor, e os demais;

5.6- Será vencedora aquela que ofertar o menor valor unitário objeto da presente licitação;

5.7- Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público;

5.8- Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constante, deste Edital;

5.9- Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste Edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério de menor preço unitário;

5.10- O pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito;

5.11- Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias pelo licitante que a tiver formulado;

5.12- Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta;

5.13- Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta aceitável;

5.14- Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às sanções administrativas constante deste Edital;

5.15- Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados as Ocorrências relevantes e que, ao final será assinada pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, assim como pelos representantes proponentes presentes;

5.16- Verificando-se no curso da análise o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos a Proposta será desclassificada.

5.17 - O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a retirada do empenho pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos.



VI - DOS RECURSOS:

- 6.1- Dos atos praticados pelo pregoeiro, decorrente da presente licitação, cabem recursos administrativos de acordo com o estabelecido no art. 4º, inciso XVIII da Lei Federal nº 10.520/02;
- 6.2- Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra razões em igual número de dias;
- 6.3- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;
- 6.4- O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;
- 6.5 – Após a realização do Pregão, os autos do respectivo processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria de Administração;
- 6.6- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, em conformidade com o inciso XIX do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02;
- 6.7- Os recursos interpostos, somente serão acolhidos nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, mediante requerimento protocolado no Protocolo Geral, nesta Prefeitura.

VII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 7.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, será aplicado à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, em especial, as seguintes sanções:
- 7.1.1 - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o **prazo de fornecimento**, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;
- 7.1.2 - multa administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.
- 7.2 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que seja rescindido unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.
- 7.3 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 7.4 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Administração Pública de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 7.5 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.
- 7.6 – Se o proponente vencedor não retirar a Nota de Empenho ou se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, **NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS**, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados na ordem de classificação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:
- 7.6.1- Suspensão temporária do direito de participar de licitações por um período de 02 (dois) anos e impedimento de contratar com a Administração, seguido declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;
- 7.1.2- multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

VIII - DO PREÇO:

- 8.1- O preço ofertado deverá incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento do material/serviço, incluído frete até os locais de entrega;



- 8.2-** Serão desclassificadas as propostas, cujos preços sejam incompatíveis com a realidade de mercado;
- 8.3-** O preço a ser pago à detentora da ata será o vigente na data da ordem de fornecimento independentemente da data de entrega do material/serviço;
- 8.4-** Não haverá reajuste de preço;
- 8.5-** Independentemente de solicitação da detentora, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão responsável convocar a detentora para estabelecer o novo valor;

IX - DO FORNECIMENTO e RECEBIMENTO DO OBJETO

- 9.1** – Os serviços serão solicitadas pela Secretaria Municipal de Obras de acordo com o Contrato, Termo de Referência e Plano de Trabalho deste edital;
- 9.2** - O recebimento provisório do objeto será efetuado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis e nos termos do art. 73, inciso II, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.3** - O recebimento definitivo do objeto será efetuado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no Termo de Referência Anexo V do edital.
- 9.4** – Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.
- 9.5** - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a CONTRATADA, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.
- 9.6** - O aceite/aprovação dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste termo.
- 9.7** - Será vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste edital.
- 9.8** - O prazo da vigência do contrato é pelo período de 12 (doze) meses a critério da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto - RJ, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observado o que dispõe a legislação pertinentes.

X - DA CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 10.1-** Os pagamentos serão efetuados a licitante contratada pela Administração Pública mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA 30 (trinta) dias após o adimplemento das obrigações, devendo as faturas serem apresentadas no Protocolo Geral do Município com toda a documentação necessária para efetivação do pagamento de acordo com as formalidades legais e contratuais previstas;
- 10.2-** Quando o objeto da licitação for serviço, no momento do pagamento, serão descontados os seguintes valores:

- 10.2.1** – INSS: 11% (onze por cento);
- 10.2.2** – Imposto Sobre Serviço (I.S.S.): 2% (dois por cento) a 5 % (cinco por cento) e
- 10.2.3** – Imposto de Renda: 1,5% (um e meio por cento)

- 10.3** - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.
- 10.4** – Fica convencionado que eventual protesto de título executivo somente se dará após 90 (noventa) dias do término do prazo estabelecido no item 10.1.
- 10.4.1** – Caso não seja observada o convencionado no item 10.4, a contratada suportará exclusivamente as custas incidentes inerentes ao ato, devendo providenciar a baixa do eventual protesto às suas expensas em prazo de até 3 (três) dias úteis após a notificação do município, sob pena de multa de até 10% (dez por cento).

XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 11.1-** É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.



11.2 – Fica assegurada o pregoeiro o direito de, no interesse da Administração anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

11.3- Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

11.4- Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

11.5- Após a apresentação da Proposta não cabe desistência da mesma salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceite do Pregoeiro;

11.6- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação expressa do Pregoeiro ao contrário;

11.7 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente;

11.8- As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas a favor da ampliação da disputa entre os Interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do mesmo;

11.9- Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação, simples omissões ou irregularidades materiais (erros datilográficos, concordância verbal, etc.) da documentação, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o processamento da licitação, ficando a decisão a critério da Comissão de Licitação.

11.10- Quaisquer dúvidas relativas à presente licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro;

11.11- Aos casos omissos aplicar-se-á as disposições das Leis Federais nº 10.520/02, 8.666/93 e os Decretos Municipais nº 1239/03 e 1738/07.

11.12- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

11.13 - Os documentos exigidos nesta licitação deverão estar em plena validade e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido. A exibição do documento original ao pregoeiro dispensa a autenticação em cartório.

11.14- O foro da Cidade de São Jose do Vale do Rio Preto, será o único competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.

XII - ANEXOS:

12.1- Anexo I (Valor do objeto);

12.2- Anexo II (Modelo de declaração de pleno atendimento – Letra D do item 3.1.1 - Credenciamento);

12.3- Anexo III (Proposta – disponível no site, juntamente com os anexos I e o Edital, deverá ser apenas preenchido e salvo em PEN-DRIVE, conforme regras estabelecidas no item 4.2 do referido Edital);

12.4- Anexo IV (Termo de Referência);

12.5- Anexo V (Plano de Trabalho)

12.6- Anexo VI (Minuta de Contrato);

12.7- Anexo VII (Modelo de declaração de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte– Letra E do item 3.1.1 - Credenciamento);



12.8- Anexo VIII (Modelo de declaração de pleno atendimento aos itens solicitados – Letra B do item 4.3.6 - Habilitação);

12.9- Anexo IX (Modelo de declaração afirmando de que a empresa está localizada dentro dos limites do município) Letra C do item 4.3.7 - Habilitação ;

XIII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - Os recursos orçamentários para o pagamento do objeto contratado correrão à conta da dotação no orçamento – programa de trabalho das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de São Jose do Vale do Rio Preto.

13.1.1- Reserva Orçamentária: nº **756/2021** Serviço de iluminação Pública, elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0004 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

13.1.2 Valor total estimado da licitação R\$ 307.500,00 (Trezentos e sete mil quinhentos reais).

XIV - FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES:

14.1 - Os interessados poderão adquirir o Edital, na sala de licitações / Comissão Municipal de pregão, na Secretaria Municipal de Administração, sito a Rua Professora Maria Emília Esteves, 691, Centro, Sala de Licitações, 1º andar, Secretaria de Administração, 2º andar, no prédio da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto –RJ, localizada ao lado do Hospital Maternidade Santa Teresinha e da Secretaria Municipal de Saúde, ou diretamente no site www.sivriopreto.rj.gov.br.

14.2 - O esclarecimento de dúvidas e informações sobre o presente edital poderão ser feitas através da linha telefônica (24) 2224 1552 ou no endereço informado no parágrafo anterior até dois dias úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas.

14.3- Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por servidores do Município, inclusive membros da Comissão de pregão, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos proponentes.

14.4 - As solicitações de impugnações e / ou recursos deverão ser formalizadas através de processo administrativo protocolado no Protocolo Geral deste Município, no endereço informado no item 14.1, no horário das 9:30h as 16h, sendo que no caso de impugnação deverá ser autuado até 2 (dois) dias úteis anteriores a abertura dos envelopes de proposta e de 3 (três) dias úteis após o ato que o deu causa.

14.6 - A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento.

14.7 - Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no Diário Oficial.

14.8 - Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

São Jose do Vale do Rio Preto, 27 de julho de 2021.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
=Pregoeira=



ANEXO II - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AO EDITAL

À
Prefeitura de Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Edital de Pregão nº ____/20__

A empresa _____ (Razão Social da Licitante), CNPJ _____
(número), sediada na Rua _____, nº _____,
Bairro/Cidade), DECLARA ao Município de São Jose do vale do Rio Preto, sob as penas da Lei, que:

- a) Atende a todas as condições de habilitação no processo licitatório/administrativo em epígrafe, não existindo quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação;
- b) Não foi declarada inidônea, por ato do Poder Público (em âmbito Federal, Estadual ou Municipal), para licitar ou contratar com a Administração Pública,
- c) Não possui condenação, por decisão judicial transitada em julgado, em pena de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, nos termos previstos na Lei 8.429/92;
- d) Não possui em seus quadros funcionário ou sócio ocupante de cargo público (efetivo, comissionado) no Poder Executivo ou Legislativo do Município de São José do Vale do Rio Preto.
- e) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Por ser expressão de verdade, firma a presente.

_____, em _____ de _____ de 20__.



ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PONTOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**, de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

2 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. Trata-se da prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de pontos de iluminação pública, em vias públicas do município de São José do Vale do Rio Preto.
- 2.2. Para efeitos deste **Termo de Referência**, entende-se como "**ponto de iluminação**" para o serviço de manutenção preventiva e corretiva o conjunto de lâmpadas, reator, ignitor, relê fotoelétrico e o cabo de interligação até a rede de alimentação com a altura máxima de até 12 metros.
- 2.3. A Contratada deverá realizar as manutenções a partir do recebimento da Ordem de Serviço, prevendo-se a execução de todos os serviços em regime de 02 (dois) dias por semana no mínimo, podendo ser diurno e/ou noturno, em turno de 06 (seis) e/ou 08 (oito) horas cada, com início do turno em horários a serem determinados pela **CONTRATANTE** em conjunto com a **CONTRATADA**, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, em função da adoção de horário determinada pelo Governo Federal (Horário de Verão).
- 2.3.1. As **ORDENS DE SERVIÇO (OS)** serão emitidas pela **CONTRATANTE**, através do **GESTOR**, em ordem numerada, por qualquer meio inequívoco, incluindo correspondência eletrônica.
- 2.4.1.1. Cada turno extraordinário (Diurno/Noturno), também terá a duração de 06 (seis) e/ou 08 (oito) horas, em função do horário determinado pelo Governo Federal (Horário de Verão).
- 2.4.1.2. A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** para atendimento das **ORDENS DE SERVIÇO (OS)**.
- 2.5. A **CONTRATADA** deverá manter sobre suas expensas, monitoramento informatizado dos pontos de iluminação pública que sofreram intervenção de manutenção preventiva e corretiva, com fins de monitoramento de vida útil dos equipamentos elétricos utilizados no serviço. De tal monitoramento deverá ser emitido mensalmente relatório de campo das manutenções, com a relação dos materiais utilizados para fins de controle do **GESTOR** ou **FISCAL** da **CONTRATANTE**.
- 2.6. Qualquer manutenção que interfira no fluxo veicular deverá ser sinalizada com cones, cavaletes e se necessário utilizar dispositivos luminosos portáteis.
- 2.7. A Contratada deverá recompor e/ou reparar, por suas expensas, todos e qualquer danos ocasionados em virtude da execução dos serviços, quer em via pública, em propriedades e/ou bens particulares, de forma que a área próxima à instalação esteja no mínimo nas mesmas condições existentes anteriormente à realização dos serviços.



- 2.8. Todos os serviços executados na via pública deverão obedecer às normas expedidas pela **PREFEITURA** e vistoriados pelos técnicos da **mesma**.
- 2.9. A **CONTRATADA** deverá instalar e manter condições para a execução de todos os serviços contratados.
- 2.10. Caso a **CONTRATANTE** solicite outro tipo de serviço que não seja a correção de falha no ponto de iluminação, deverá ser emitida Ordem de Serviço Específica, e os valores a serem pagos serão os que estão determinados na planilha de preços em anexo.

3 – COMPOSIÇÃO DAS EQUIPES E EQUIPAMENTOS

- 3.1. A Contratada deverá disponibilizar a equipe de manutenção, com as seguintes composições mínimas:
- **Equipe de manutenção:**
 - a) Caminhão equipado com sinalizador luminoso e com cesta aérea com altura mínima de 11 metros do solo.
 - b) Material para sinalização (cones/cavaletes/sinalizador luminoso intermitente);
 - c) Motorista;
 - d) Eletricista.
- 3.2. A **CONTRATADA** deverá fornecer, para uso próprio, todos os materiais, equipamentos para operação e de proteção individual, padrão **ABNT**, para a perfeita execução dos serviços, bem como todo o material e/ou peças necessário a ser utilizado pela viatura, inclusive combustível.
- 3.3. A **CONTRATANTE** poderá exigir a substituição de pessoas que trabalham direta ou indiretamente nos serviços de campo sempre que desejar, bastando uma simples correspondência à **CONTRATADA**, incluindo correspondência eletrônica.
- 3.3.1. As substituições solicitadas pelo **CONTRATANTE** deverão ser providenciadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da referida correspondência.
- 3.4. As alterações no quadro de funcionários, ao longo do cumprimento do Contrato, deverão ser comunicadas por escrito ao **GESTOR** com as indicações dos empregados envolvidos (substituído e correspondente substituto), suas qualificações e cópias dos documentos relativos às obrigações tributárias, securitárias e para com o FGTS.
- 3.5. A **CONTRATADA** deverá fornecer 1 (uma) cópia do relatório diário de campo contendo todas as ocorrências e O.S. executadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

Fl.: _____

PROCESSO
3358/2021

- 3.5.1.** Os referidos relatórios deverão ser obrigatoriamente enviados por correspondência eletrônica para o endereço de e-mail constante do instrumento contratual e outra via por carta assinada pelo representante da **CONTRATADA** para fins de registro em livro próprio mantido pelo fiscal do contrato (que será o representante do **GESTOR** na relação contratual).

4 – PRAZOS

- 4.1.** O prazo total contratual para a execução dos serviços é de 12 (doze) meses, contados do recebimento do **MEMORANDO AUTORIZATIVO DE INÍCIO DO SERVIÇO** enviado pelo representante do **GESTOR**.
- 4.2.** O prazo inicial de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato destina-se à tomada de providências preliminares por parte da **CONTRATADA**, relativamente àquele período.
- 4.3.** Para o cumprimento do objeto do contrato, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento do memorando de início do serviço à equipe de manutenção.
- 4.4.** O prazo para a **CONTRATADA** pronunciar-se quanto a alguma comunicação formal da **CONTRATANTE** será de 10 (dez) dias após o recebimento da mesma.
- 4.5.** Todos os comunicados por escrito, expressos neste instrumento, têm prazo de 02 (dois) dias úteis para serem encaminhados para a **CONTRATANTE**, excetuando-se os subitens que possuem prazo específico, não dispensando a comunicação verbal imediata, de acordo com a urgência.
- 4.6.** O prazo de vencimento será prorrogado automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, caso não haja expediente normal na **PREFEITURA**.

5 – FORMA DE REMUNERAÇÃO

- 5.1.** A remuneração será calculada de acordo com o quantitativo de horas trabalhadas mensalmente, conforme Ordem de Serviço apresentada. Entretanto, mensalmente incidirá os **custos fixos** referentes à manutenção de iluminação pública (inclusos **Mão de Obra, Equipamentos, Supervisão, Almoxarifado e Veículos**).
- 5.2.** O fiscal do contrato certificará o número de OS's executadas e o montante total devido à **CONTRATADA** para fins de pagamento mensal.

6 – PENALIDADES

- 6.1.** Multa por atraso no início da execução dos serviços é de 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do valor total medido no mês
- 6.2.** Multa por descumprimento de cláusula contratual: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

Fl.: _____

PROCESSO
3358/2021

- 6.3. Multa pela inexecução parcial do Contrato: 10% (dez por cento) do valor do Contrato correspondente à parte não executada da avença.
- 6.4. Multa pela inexecução total do Contrato: 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.
- 6.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras.
- 6.6. As importâncias relativas às multas serão descontadas do primeiro pagamento a que a contratada tiver direito no mês subsequente ao evento que originou a penalidade.

7- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Qualificação técnica:

- 7.1.1 Comprovação de experiência anterior em manutenção corretiva e/ou preventiva de iluminação pública urbana, comprovados através de certidões emitidas junto ao órgão técnico competente ou atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 7.1.2 A sociedade empresária deverá apresentar cópia autenticada do seu registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA) – (art. 30, I da Lei nº 8.666/93);
- 7.1.3 A empresa deverá ter sede no Município ou Base Operacional no território do município no prazo de 30 (trinta) dias.
- 7.1.4 A Empresa deverá apresentar Comprovação de sua capacitação técnico-profissional através de documentação hábil que possui em seu quadro permanente, profissional de nível superior (engenheiro eletricista); e profissional eletricista com certificação NR-10 para operação de rede de distribuição elétrica, no ato de confecção do Contrato.

7.1.4.1 - O responsável técnico indicado poderá ocupar a posição de diretor, sócio ou integrar o quadro permanente do licitante na condição de empregado ou de prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado, contrato social ou pelo registro no CREA como responsável técnico da sociedade empresária junto aquele conselho.

São José do Vale do Rio Preto em 28 de abril de 2021.

ROGÉRIO CAPUTO
Secretário Municipal de Obras Públicas,
Urbanização e Transportes



ANEXO V - PLANO DE TRABALHO

Descrição da Operação do serviço de Manutenção preventiva e corretiva.

A **CONTRATADA** se compromete com a execução dos serviços necessários para a operação do sistema de iluminação pública, no que tange a manutenção **PREVENTIVA E CORRETIVA**, o que corresponde à substituição de lâmpadas, reatores e relés fotoelétrica, reparos em equipamentos, acessórios e redes elétricas, para assegurar o seu funcionamento normal.

A manutenção corretiva será feita em função dos problemas encaminhados pela supervisão da Prefeitura Municipal.

Equipe técnica para manutenção.

Para execução das manutenções elétrica, de forma direta, será disponibilizada a seguinte equipe:

- Equipe formada por 01 (um) eletricista e 01 (um) motorista, com um veículo tipo caminhão equipado com sky munck com cesta aérea que alcance a altura de até 13 metros do solo, sinalizador luminoso, caixas para guarda de equipamentos, materiais, faroletes, materiais para sinalização (cones/cavaletes/sinalizados luminosos intermitente).
- A equipe de campo estará devidamente uniformizada e identificada com crachás, estes contendo, fotografia, nome, função, nome da empresa e disporão de ferramentas e equipamentos de proteção individual, para aplicação na iluminação pública, estes fornecidos pela **CONTRATADA**.
Todos os componentes que fazem parte da equipe de manutenção, deverão possuir curso de NR – 10, e experiência em manutenção de Iluminação Pública e rede de baixa tensão, a fim de que possam fazer as intervenções necessárias.

Para execução das manutenções, de forma indireta, serão disponibilizadas as seguintes mãos-de-obra:

- Motorista
- Eletricista

Regime de trabalho.

Os serviços de manutenção do sistema de iluminação pública serão prestados em turnos, nos dias e horários a serem determinado pela **CONTRATANTE**.

Prazos de atendimento.

Os prazos de atendimento deverão constar nas Ordens de Serviços (OS), em conformidade com o estabelecido pela **CONTRATANTE**.

São José do Vale do Rio Preto em 28 de abril de 2021.

ROGÉRIO CAPUTO
Secretário Municipal de Obras Públicas,
Urbanização e Transportes

Flaviana Medeiros Lameira Ribeiro
PREGOEIRA



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e REAJUSTE:

2.1 O fornecimento ora contratado deverá ser prestado pelo prazo de XX (XXXX) xxxx, após a assinatura do presente contrato, iniciando-se em XX de XXXXXXXX de XXX e findando-se em XX de XXXXXXXX de XXXX.

2.2 O prazo da vigência do contrato é pelo período de 12 (doze) meses a critério da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto - RJ, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observado o que dispõe a legislação pertinentes, e suas atualizações, tendo seu valor reajustado pelo Índice do INPC – IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo, de comum acordo entre as partes, acumulado no período, sem prejuízo da aplicação da cláusula de equilíbrio econômico-financeiro.

CLAUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 - A solicitação dos serviços deste contrato será solicitado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, de acordo com a clausula 4.3 deste contrato e deverão obedecer aos prazos e condições elencados, conforme o Edital, Anexos, Termo de Referência e Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATIVIDADES E CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

4.1 A Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de pontos de iluminação pública, em vias urbanas a serem utilizados na Secretaria Municipal Obras Públicas, Urbanização e Transportes, deverão estar de acordo com o objeto moldes dos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX.

4.2 Prestar os serviços contratados com presteza, assiduidade e exatidão, executando-os da maneira mais rápida e econômica possível, sem desprezar, entretanto, as determinações legais aplicáveis à espécie.

4.3 Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes.

4.4 A Contratada compromete-se a prestar os serviços objeto desta licitação, com todos os equipamentos necessários e próprios, mencionados acima.

4.5 A Contratada responderá por quaisquer ônus advindos da não execução dos serviços nos locais e datas avençadas.

4.6 Os serviços objeto deste instrumento deverão ser executados, de acordo com as solicitações da Prefeitura, através das Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, impreterivelmente conforme programação do dia e hora pré-agendada.

4.7 Eventuais interrupções ou suspensão destes serviços deverão se comunicadas ao Contratante com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas).

4.8 Os funcionários determinados pela Contratada para a prestação dos serviços objeto do presente certame deverão preencher os seguintes requisitos:

4.8.1 Comparecer ao trabalho, trajando uniforme completo e adequado ao desempenho das atividades, assim como todos os equipamentos necessários a execução dos mesmos;

4.9 Ser pontual no atendimento às programações agendadas pela CONTRATANTE e manter a urbanidade no trato com os usuários.

4.10 Serviços que foram executados não satisfatoriamente lavrar-se-á um termo de recusa, no qual se consignaram desconformidades com o objeto descrito nos itens 1.1 e 1.2 deste Contrato e moldes dos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX.

4.12 O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.



CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA PAGAMENTO:

5.1- O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias contados da data final do adimplemento de cada fornecimento;

5.2- Para processar-se o pagamento, o CONTRATADO deverá dar entrada no Protocolo Geral, do Município munido da documentação necessária, inclusive da Nota de Empenho;

5.2.1- Para atestar o recebimento definitivo dos materiais entregues, a Secretaria solicitante terá o prazo de cinco dias úteis, contados da data de recebimento do objeto;

5.2.2- A Secretaria não poderá receber os materiais diferentes daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato, incluindo a marca e especificações.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

6.1 Fica ajustado o valor total do presente contrato em R\$ XXXXXXXXXX, sendo os valores unitários os descritos na cláusula 1.2.;

6.2 Neste valor deverão ser incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pelo fornecimento do material/serviço, incluído frete até os locais de entrega;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CONTROLE DE EXECUÇÃO:

7.1. A avaliação da qualidade dos atendimentos, realização e fornecimento de resultados dos serviços realizados será realizada pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, por ocasião do atendimento, realização e fornecimento dos serviços realizados.

7.1.2 A fiscalização da contratação será exercida pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, através dos Fiscais deste contrato, conforme informados abaixo:

- Nome: xxxxxxxxxxxx **Cargo: xxxxxxxxx, Matrícula: xxxxxx.**

7.2. A avaliação da qualidade dos atendimentos, realização e fornecimento de resultados dos serviços entregues não exclui a responsabilidade da empresa contratada pela qualidade dos mesmos entregues fora dos limites estabelecidos em lei, ou das especificações técnicas diferentes dos produtos ofertados.

7.3. A ausência de qualidade dos atendimentos, realização e fornecimento de resultados dos serviços entregues ensejará em suspensão do pagamento, podendo haver rescisão contratual, conforme análise dos fiscais de contrato informados na cláusula 7.1.2.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE E DO CONTRATADO:

8.1 DO CONTRATANTE:

8.1.1 Fiscalizar a execução do contrato através da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, e fiscais nomeados.

8.1.2 Realizar os pagamentos nas datas previstas do presente contrato, após a fiscalização dos serviços realizados e atestar a conclusão dos mesmos.

8.1.3 Exigir da contratada apresentação das Notas Fiscais correspondentes às realizações dos serviços para pagamento aceitas pela fiscalização da contratante.

8.1.4 Dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

8.2 DA CONTRATADA:

8.2.1. A realização dos serviços de acordo com as especificações da proposta vencedora apresentada na licitação;

8.2.2. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

Fl.: _____

PROCESSO
3358/2021

- 8.2.3. Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas na presente licitação, bem como, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- 8.2.4. Deverá possuir, as suas expensas, local, pessoal especializado (técnicos) e equipamentos necessários e próprios à realização dos procedimentos listados na proposta vencedora;
- 8.2.5. Deverá possuir todo suporte necessário à manutenção das suas atividades, em caso de intercorrências durante a realização dos serviços;
- 8.2.6. Executará os serviços dentro dos melhores padrões e normas atualizadas de qualidade e com o necessário rigor técnico que a natureza da prestação de serviços requer;
- 8.2.7. Deverá estar devidamente em dia com todas as obrigações fiscais, tributárias e trabalhistas, devendo apresentar as certidões que comprovem esta regularidade;
- 8.2.8. Deverá fornecer o serviço prestado com presteza, assiduidade e exatidão, executando-os da maneira mais rápida e econômica possível, sem desprestigiar, entretanto, as determinações legais aplicáveis à espécie. O Prazo de atendimento será imediato, a partir do recebimento da ordem de fornecimento pela empresa;
- 8.2.9. Os serviços deverão ser executados obedecendo rigorosamente às normas vigentes determinadas pelos órgãos competentes;
- 8.2.10. A Contratada responderá por quaisquer ônus advindos da não execução dos serviços nos locais e datas avençadas;
- 8.2.11. Sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, encarregadas de acompanhar o presente objeto, **prestando esclarecimentos solicitados e atendendo a reclamações formuladas**;
- 8.2.12. A CONTRATADA deverá apresentar Comprovação de sua capacitação técnico-profissional através de documentação hábil que possui em seu quadro permanente, profissional de nível superior (engenheiro eletricista) e profissional especializado em Eletrotécnica, inscrito junto ao Conselho Técnico responsável; e profissional eletricista com certificação NR-10 para operação de rede de distribuição elétrica.
- 8.2.13. Deverá assumir total responsabilidade pelos serviços e responder por eventuais danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus funcionários a terceiros nos acidentes de trabalho, quando na execução do serviço;
- 8.2.14. Ficará obrigada a refazer os serviços que vierem a ser recusados por não atender à qualidade necessária para os serviços, sem que isto acarrete qualquer ônus para a Administração Municipal ou importe na relavação das sanções previstas na legislação vigente, em Edital, anexos e no contrato;
- 8.2.15. Emitirá mensalmente espelho de fatura, contendo relação dos serviços realizados e devidas NF para pagamento;
- 8.2.16. Os serviços objeto deste instrumento deverão ser executados, de acordo com a solicitação da Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transporte, impreterivelmente conforme programação do dia e hora pré-agendada;
- 8.2.17. A **CONTRATADA** estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento de serviços expedidos durante a vigência do presente contrato, mesmo que o respectivo esteja previsto para data posterior a de seu termo final;
- 8.2.18. Eventuais interrupções ou suspensão destes serviços deverão ser comunicadas ao Contratante com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas;
- 8.2.19. Por ocasião de cada serviços, a DETENTORA deverá observar rigorosamente os serviços de acordo com a programação da equipe técnica;
- 8.2.20. As notas fiscais, a **CONTRATADA** DETENTORA fará constar os números dos itens (serviços) correspondente a cada solicitação;
- 8.2.21. A execução dos serviços será da inteira responsabilidade única e exclusivamente da Contratada;
- 8.2.22. Fica proibido de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da Contratante.
- 8.2.23. A CONTRATADA prestará serviço de manutenção preventiva e corretiva de pontos de iluminação pública, em vias públicas do município de São José do Vale do Rio Preto.
- 8.2.24. Para efeitos deste **CONTRATO**, entende-se como "**ponto de iluminação**" para o serviço de manutenção preventiva e corretiva o conjunto de lâmpadas, reator, ignitor, relê fotoelétrico e o cabo de interligação até a rede de alimentação com a altura máxima de até 12 metros.
- 8.2.25. A CONTRATADA deverá realizar as manutenções a partir do recebimento da Ordem de Serviço, prevendo-se a execução de todos os serviços em regime de 02 (dois) dias por semana no mínimo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

Fl.: _____

PROCESSO
3358/2021

podendo ser diurno e/ou noturno, em turno de 06 (seis) e/ou 08 (oito) horas cada, com início do turno em horários a serem determinados pela **CONTRATANTE** em conjunto com a **CONTRATADA**, de acordo com as necessidades da **CONTRATANTE**, em função da adoção de horário determinada pelo Governo Federal (Horário de Verão).

- 8.2.25.1. As **ORDENS DE SERVIÇO (OS)** serão emitidas pela **CONTRATANTE**, através do **GESTOR**, em ordem numerada, por qualquer meio inequívoco, incluindo correspondência eletrônica.
- 8.2.25.2. Cada turno extraordinário (Diurno/Noturno), também terá a duração de 06 (seis) e/ou 08 (oito) horas, em função do horário determinado pelo Governo Federal (Horário de Verão).
- 8.2.25.3. A **CONTRATADA** terá o prazo máximo de **48 (quarenta e oito)** horas para atendimento das **ORDENS DE SERVIÇO (OS)**.
- 8.2.25.4. O Número de horas trabalhadas anualmente é de no mínimo 1200 horas e no máximo 1500 horas anuais, sendo proporcionalmente o número de horas trabalhadas mensal mínima de 100 horas e o máximo de 125 horas.
- 8.2.26. A **CONTRATADA** deverá manter sobre suas expensas, monitoramento informatizado dos pontos de iluminação pública que sofreram intervenção de manutenção preventiva e corretiva, com fins de monitoramento de vida útil dos equipamentos elétricos utilizados no serviço. De tal monitoramento deverá ser emitido mensalmente relatório de campo das manutenções, com a relação dos materiais utilizados para fins de controle do **GESTOR** ou **FISCAL** da **CONTRATANTE**.
- 8.2.27. Qualquer manutenção que interfira no fluxo veicular deverá ser sinalizada com cones, cavaletes e se necessário utilizar dispositivos luminosos portáteis.
- 8.2.28. A **CONTRATADA** deverá recompor e/ou reparar, por suas expensas, todos e qualquer danos ocasionados em virtude da execução dos serviços, quer em via pública, em propriedades e/ou bens particulares, de forma que a área próxima à instalação esteja no mínimo nas mesmas condições existentes anteriormente à realização dos serviços.
- 8.2.29. A **CONTRATADA** nos serviços executados nas vias públicas deverão obedecer às normas expedidas pela **PREFEITURA** e vistoriados pelos técnicos da **mesma**.
- 8.2.30. A **CONTRATADA** deverá instalar e manter condições para a execução de todos os serviços contratados.
- 8.2.31. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar a equipe de manutenção, com as seguintes composições mínimas:
- **Equipe de manutenção:**
 - e) Caminhão equipado com sinalizador luminoso e com cesta aérea com altura mínima de 11 metros do solo.
 - f) Material para sinalização (cones/cavaletes/sinalizador luminoso intermitente);
 - g) Motorista;
 - h) Eletricista.
- 8.2.32. A **CONTRATADA** deverá fornecer, para uso próprio, todos os materiais, equipamentos para operação e de proteção individual, padrão **ABNT**, para a perfeita execução dos serviços, bem como todo o material e/ou peças necessário a ser utilizado pela viatura, inclusive combustível.
- 8.2.33. A **CONTRATANTE** poderá exigir a substituição de pessoas que trabalham direta ou indiretamente nos serviços de campo sempre que desejar, bastando uma simples correspondência à **CONTRATADA**, incluindo correspondência eletrônica.
- 8.2.33.1. A **CONTRATADA** nas substituições solicitadas pelo **CONTRATANTE** deverão ser providenciadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da referida correspondência.
- 8.2.34. A **CONTRATADA** em relação as alterações no quadro de funcionários, ao longo do cumprimento do Contrato, deverão ser comunicadas por escrito ao **GESTOR** com as indicações dos empregados



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

Fl.: _____

PROCESSO
3358/2021

envolvidos (substituído e correspondente substituto), suas qualificações e cópias dos documentos relativos às obrigações tributárias, securitárias e para com o FGTS.

8.2.35. A **CONTRATADA** deverá fornecer 1 (uma) cópia do relatório diário de campo contendo todas as ocorrências e O.S. executadas.

8.2.35.1 Os referidos relatórios deverão ser obrigatoriamente enviados por correspondência eletrônica para o endereço de e-mail constante do instrumento contratual e outra via por carta assinada pelo representante da **CONTRATADA** para fins de registro em livro próprio mantido pelo fiscal do contrato (que será o representante do **GESTOR** na relação contratual).

8.2.36. A **CONTRATADA** se compromete com a execução dos serviços necessários para a operação do sistema de iluminação pública, no que tange a manutenção **PREVENTIVA E CORRETIVA**, o que corresponde à substituição de lâmpadas, reatores e relés fotoelétrica, reparos em equipamentos, acessórios e redes elétricas, para assegurar o seu funcionamento normal.

8.2.36.1. A **CONTRATADA** na realização da manutenção corretiva será feita em função dos problemas encaminhados pela supervisão da Prefeitura Municipal.

8.2.36.2. A **CONTRATADA** para execução das manutenções elétrica, de forma direta, será disponibilizada a seguinte equipe:

- Equipe formada por 01 (um) eletricista e 01 (um) motorista, com um veículo tipo caminhão equipado com sky munck com cesta aérea que alcance a altura de até 13 metros do solo, sinalizador luminoso, caixas para guarda de equipamentos, materiais, faroletes, materiais para sinalização (cones/cavaletes/sinalizados luminosos intermitente).

- A equipe de campo estará devidamente uniformizada e identificada com crachás, estes contendo, fotografia, nome, função, nome da empresa e disporão de ferramentas e equipamentos de proteção individual, para aplicação na iluminação pública, estes fornecidos pela **CONTRATADA**.

Todos os componentes que fazem parte da equipe de manutenção, deverão possuir curso de NR – 10, e experiência em manutenção de Iluminação Pública e rede de baixa tensão, a fim de que possam fazer as intervenções necessárias.

8.2.36.2. Para execução das manutenções, de forma indireta, serão disponibilizadas as seguintes mãos-de-obra:

- Motorista
- Eletricista

8.2.37. Os serviços de manutenção do sistema de iluminação pública serão prestados em turnos, nos dias e horários a serem determinado pela **CONTRATANTE**.

8.2.38. Os prazos de atendimento deverão constar nas Ordens de Serviços (OS), em conformidade com o estabelecido pela **CONTRATANTE**.

8.2.39. Não realizar protesto de título executivo antes de decorridos 90 (noventa) dias do término do prazo estabelecido no item 5.1.

8.2.39.1 Não sendo observado o prazo fixado no item 8.2.39, a contratada suportará exclusivamente as custas incidentes inerentes ao ato, devendo providenciar a baixa do eventual protesto às suas expensas em prazo de até 3 (três) dias úteis após a notificação do município, sob pena de multa de até 10% (dez por cento), prevista na cláusula décima primeira.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



9.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Dotação Orçamentária e Elementos de acordo com cada Secretaria solicitante: Reserva Orçamentária: nº **756/2021** Serviço de iluminação Pública, elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0004 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

10.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

10.1.2. Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

10.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração;

10.3. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

10.4. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I e IV, ambos da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1 Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.2 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, será aplicado à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, em especial, as seguintes sanções:

11.2.1 - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o **prazo de fornecimento**, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;

11.2.2 - multa administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

11.3 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que seja rescindido unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

11.4 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à CONTRATADA ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.5 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Administração Pública de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.6 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

11.7 – Se o proponente vencedor não retirar a Nota de Empenho ou se recusar injustificadamente a assinar o instrumento contratual, **NO PRAZO DE QUARENTA E OITO HORAS**, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados na ordem de classificação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

11.7.1- Suspensão temporária do direito de participar de licitações por um período de 02 (dois) anos e impedimento de contratar com a Administração, seguido declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;

11.7.2- multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado;

11.7.3 Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;

11.7.4- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.8 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração



11.9 O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;

11.9.1 O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de São José do Vale do Rio Preto, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente.

12.2 E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo na presença das testemunhas abaixo, para que produza seus legais efeitos.

São José do Vale do Rio Preto, xx de xxxxxxxx de 2021.

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

CPF: xxxxxxxxxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXX

Contratada



ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/____.

....., inscrita no CNPJ no
....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF no, DECLARA, sob as
sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

.....

(data)

.....

(representante legal)

OBS. Assinalar com um "X" a condição da empresa.

Este formulário deverá ser entregue ao Pregoeiro ou sua equipe de apoio juntamente com os envelopes de Documentação e de Proposta, porém fora dos envelopes, somente pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto Lei Federal Complementar n.º 123/2006.

_____/_____/____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria Municipal de Administração

Fl.: _____

PROCESSO
3358/2021

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS ITENS SOLICITADOS

À

Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Edital de Pregão nº ____/20__

A empresa _____ (Razão Social da Licitante), CNPJ _____
(número), sediada na Rua _____, nº _____,
Bairro/Cidade), DECLARA ao Município de São José do Vale do Rio Preto, sob as penas da Lei, que:

- a) O(S) produto(s) ofertados atende(m) na íntegra as exigências deste edital;
- b) A marca e especificações entregues serão a mesma ofertada na proposta eletrônica (Anexo III do edital).

OBS.: No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, será aplicado à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

Por ser expressão de verdade, firma a presente.

_____, em _____ de _____ de 20__.



ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO DA EMPRESA OU BASE OPERACIONAL

(Exigência do anexo V – Termo de Referência no seu subitem 7.1.3).

À
Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Edital de Pregão nº ____/20__

A Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu **(cargo do(a) responsável)**, **(nome)**, **(nacionalidade)**, **(estado civil)**, **(profissão)**, inscrito(a) no CPF sob o nº **(informar)** e no RG nº **(informar)**, na ausência de documentos para comprovação de domicílio, DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da Lei, ser o endereço onde está domiciliada a **(sede da empresa ou base operacional)**, nos termos do artigo 75, inciso IV, do Código Civil, a **(rua ou avenida)**, nº **(número)** - **(bairro)**, Cep **(informar)**, no município de **(cidade)** - **(UF)**. Portanto estando a empresa/ ou base operacional localizada dentro dos limites do Município de São José do Vale do Rio Preto – RJ.

No caso a empresa vencedora possuir sede fora do Município, DECLARAR que se comprometer a instalar uma base nos limites do mesmo, após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

_____, em _____ de _____ de 20__.

(nome do(a) responsável)